

CONTRATO N.º 040/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA CONSTRUÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓPTICA PARA O PROGRAMA NAVEGAPARA, ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI, EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA E ANDRE LIMA DE SOUZA -EPP, COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARA.

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA, Empresa Pública, com personalidade jurídica própria de direito privado, constituída na forma da Lei Estadual n.º 5.460/88, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.059.613/0001-18, Inscrição Estadual n.º 15.271.0884, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci - Belém - Pará, CEP 66820-000, neste ato representada por seu Presidente o Sr. **THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG n.º 2979294 SSP/PA, CPF n.º 166.769.802-82, residente à Av. Visconde de Souza Franco, n.º 1013, Apto. 1401-A, Bairro do Reduto, CEP 66.053-000, Belém - Pará, nomeado através de Decreto Governamental, publicado no DOE n.º 32.798, em 01.01.2015, no final assinado.

CONTRATADA: ANDRE LIMA DE SOUZA -EPP, título do estabelecimento ou nome de fantasia **TOTAL TEC - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA**, inscrita no CNPJ n.º 10.720.502/0001-40, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, sito à Rua Santos Dumont, n.º 389, Conjunto, bairro bairro: Nossa Senhora das Graças, telefone (92) 3307-0636 / 99813+7146, CEP: 69.020-548, representada legalmente pelo Sr. **ANDRE LIMA DOS SANTOS**, Diretor, portador do RG n.º 29.425.720-0 SP e inscrito no CPF n.º 299.192.198-60, no final assinado.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente contrato tem como fundamento legal o Processo n.º 322.840/2015 o edital do Pregão Eletrônico n.º 34/2015 e anexo, **processo de contratação n.º 378465/2016** tudo em conformidade com as Leis Federais n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, pela Lei Estadual n.º 6.474/2002, pelos Decretos Estaduais n.º 2.069/2006, n.º 967/2008, pelo Decreto Federal n.º 3.555/2000 e suas alterações posteriores e pela Lei Complementar n.º 123/2006, mediante as Cláusula e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a Contratação de Serviço Especializado para Construção de Rede de Fibra Óptica para o Programa Navegapara, através de Registro de Preços conforme as especificações constantes do Anexo do edital do Pregão Eletrônico 34/2015, que é parte integrante e indivisível do processo n.º 322.840/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do presente Contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, admitindo-se a sua prorrogação através de termo aditivo, de acordo com o art. 57, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA: DA GARANTIA DO SERVIÇO

4.1 - O período mínimo aceitável de Garantia Integral do serviço será de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de operação satisfatória, contados a partir do Certificado de Aceitação Provisório (CAP), emitido quando

do término do serviço. Após os 36 (trinta e seis meses) meses, sem que seja evidenciado qualquer problema, será emitido o Certificado de Aceitação Definitivo (CAD).

4.2 - Adicionalmente, todos os componentes e procedimentos usados na instalação devem estar de acordo com as especificações dos fabricantes, de forma a não invalidar garantias adicionais dadas por eles.

4.3 - Durante o período de garantia integral (36 meses após o CAP), a contratada deverá garantir serviços de manutenção contra defeitos de implantação e instalação do serviço. Dessa forma, deverá haver a normalização imediata de qualquer defeito, que não seja atribuível a uso inadequado, sem ônus para a CONTRATANTE. Neste sentido, a qualidade dos materiais e procedimentos envolvidos na execução do serviço não poderão comprometer o prazo de garantia, bem como, o desempenho do sistema.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - Os recursos financeiros destinados ao pagamento do objeto deste Contrato são próprios e estão previstos no orçamento da PRODEPA para o exercício corrente, conforme a seguinte dotação orçamentária:

EXERCÍCIO DE 2016 – R\$ 42.411,78

0101 – Recursos do Tesouro;
0261 – Recursos Próprios;
23.126.1435.8343 – Implementação da Rede de Telecomunicação de Dados; e
339039 – Outros Serviços de Terceiros: Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

6.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto deste contrato o Valor Global Estimado de R\$ 42.411,78 (quarenta e dois mil e quatrocentos e onze reais e setenta e oito centavos), referente aos serviços disponibilizados nos Lotes 04 e 05, Conforme discriminação no Termo de Referência (TR) e no Processo de Contratação nº 322.840/2015.

CLÁUSULA SETIMA: DO REAJUSTE

7.1 – O preço contratado permanecerá fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, na forma do § 1º, art. 28, da Lei 9.069, de 29/06/95;

7.2 – O valor mensal contratado será reajustado somente depois de decorrido o prazo estipulado no item anterior, de acordo com a variação do IGP-M / FGV apurada no período.

CLÁUSULA OITAVA: DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1 – A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O pagamento do serviço será efetuado mensalmente, no prazo de até 15 (quinze) dias, conforme ITEM 14 do Termo de Referência a partir da apresentação da nota fiscal no Protocolo Geral da PRODEPA, desde que as mesmas estejam devidamente atestadas pela área técnica.

9.2 – O Protocolo Geral da PRODEPA providenciará o envio da nota fiscal para área técnica para atesto.



André Lima
Engenheiro Elétrico
282070-DISP
ASSESSORIA
JURÍDICA
DA
PRODEPA

9.3 - Deverão constar nas notas fiscais, obrigatoriamente, o número do contrato, além da discriminação da parcela relativa ao evento do faturamento (medição), se for o caso;

9.4 - A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de títulos descontados ou através de cobrança bancária;

9.5 - As notas fiscais que apresentarem incorreções, serão devolvidas para as devidas correções, abrindo-se, neste caso, nova contagem de prazo.

9.6 - A **PRODEPA** não será responsável pelo pagamento de multas e/ou atualizações monetárias nos casos das ocorrências descritas no **item anterior**, ficando o pagamento suspenso até a reapresentação da nota fiscal devidamente corrigida;

9.7 - Os fornecedores e prestadores de serviço que vencerem o presente pregão eletrônico e que ainda não sejam correntistas do Banco do Estado do Pará S/A, deverão providenciar a abertura de conta corrente na agência de sua preferência, pois o pagamento somente será efetuado através de depósito bancário em conta aberta no BANPARÁ, de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

CLÁUSULA DECIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1 - Para garantia do fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações ora ajustadas, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **15 (quinze) dias**, contados a partir da assinatura do Contrato, apresentar à **PRODEPA** qualquer das garantias abaixo discriminadas, no valor equivalente a **3% (três por cento)** sobre o valor do contrato, atualizável nas mesmas condições daqueles, conforme previsto no artigo 56, §1º da Lei n. 8.666/93:

- a) Caução em dinheiro, mediante apresentação do Recibo-Caução, efetuado junto ao Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, na Agência e Conta informados pelo Setor Financeiro, tendo como beneficiário a Contratante;
- b) Fiança Bancária; e
- c) Seguro Garantia feito junto à entidade com situação regular no mercado de seguros do Brasil.

10.2 - Caso a contratada não apresente a Garantia Contratual no prazo acima, poderá ser-lhe imputada multa conforme procedimento administrativo a ser instaurado.

10.3 - A **PRODEPA** terá até 05 (cinco) dias para analisar a Garantia Contratual prevista no **item 10.1** desta Cláusula. Caso a documentação apresentada não seja aceita pela **PRODEPA**, a **CONTRATADA** terá até 05 (cinco) dias para submeter à **PRODEPA** nova Garantia Contratual, que novamente terá até 05 (cinco) dias para analisá-la. Na hipótese da documentação apresentada não ser novamente aprovada, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela **PRODEPA**, com base no inciso I, do artigo 78 da Lei 8666/93, após exercido pela **CONTRATADA** o seu direito a ampla defesa, não cabendo qualquer ressarcimento à **CONTRATADA**;

10.4 - No prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, caso a **CONTRATADA** não apresente Garantia Contratual, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela **PRODEPA**, com base no inciso I do artigo 78 da Lei 8666/93, após exercido pela Contratada o seu direito a ampla defesa, não cabendo qualquer ressarcimento à **CONTRATADA**;

10.5 - Rescindido o Contrato por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, a Garantia Contratual prevista no "caput" desta Cláusula será executada em favor da **PRODEPA**;

10.6 - A **PRODEPA** poderá deduzir da Garantia Contratual, multas e penalidades previstas neste Contrato, bem como o valor dos prejuízos que lhe forem causados;

10.7 - Na hipótese de alteração do valor e, ou prazo contratual, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do respectivo Termo Aditivo, garantia complementar

e/ou revalidação da garantia original, nos termos desta Cláusula, de modo que seja mantida a proporção de 3% (três por cento) do valor do Contrato, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos;

10.8 - Caso ocorra o vencimento da Garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** deverá providenciar, às suas expensas, a respectiva renovação, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos;

10.9 - No caso de execução da Garantia Contratual, em decorrência do disposto nesta Cláusula, a **CONTRATADA** se obriga a complementá-la, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, que serão contados a partir do aviso por escrito da **PRODEPA**, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos;

10.10 - A Garantia de que trata esta Cláusula será devolvida à **CONTRATADA** após o encerramento da vigência do contrato, mediante solicitação expressa e por escrito da **CONTRATADA** ao fiscal do Contrato, em até 30 (trinta) dias após o recebimento, pela **PRODEPA**, desta solicitação, desde que não ajam multas ou débitos da **CONTRATADA**, hipótese em que se aplicará o disposto no item 9.6 desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO SERVIÇO

11.1 – Os serviços compreenderão o disposto em Termo de Referência, o qual é anexo e faz parte integrante e indissociável deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

12.1 - DA CONTRATANTE:

12.1.1 - Assegurar à **CONTRATADA** as condições para o regular cumprimento das obrigações desta última, inclusive realizando o pagamento pelos serviços prestados na forma contratada entre as partes;

12.1.2 - Exercer, por meio de empregado especialmente designado, a fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto à continuidade da prestação do serviço que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não deverão sofrer interrupção;

12.1.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

12.1.4 – Comunicar a **CONTRATADA** quaisquer irregularidades detectadas na execução do serviço, objetivando a imediata reparação;

12.1.5 - Aplicar as penalidades contratuais, quando cabíveis.

12.1.6 – Realizar o pagamento conforme disposto em contrato;

12.1.7 – Prestar informações referentes ao contrato, por meio de pessoa especialmente credenciada, sempre que solicitadas pela contratada;

12.1.8 – Executar testes de aceitação a seu exclusivo critério;

12.1.9 – Informar a contratada, por escrito, das razões que motivaram eventual rejeição dos serviços.

12.1.10 – Providenciar, em tempo hábil, a liberação das dependências do local de prestação dos serviços.

12.2 - DA CONTRATADA:

12.2.1 – Executar os serviços do objeto do contrato com mão de obra especializada, com supervisão de responsável técnico, bem como fornecer os materiais devidamente certificados e de boa qualidade e os equipamentos necessários ao bom andamento e execução dos serviços ora propostos, sem custos adicionais para a PRODEPA;

12.2.2 – Responder a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade dos serviços executados e materiais entregues.

12.2.3 – Utilizar somente pessoal protegido nos termos de segurança, conforme a legislação vigente do Ministério do Trabalho e fazer com que seus empregados, sob sua responsabilidade, respeitem as normas relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho.

12.2.4 – Manter todos os empregados devidamente registrados, conforme estabelece a legislação em vigor, obrigando-se ainda, a manter em dia todas as obrigações legais pertinentes às suas atividades.

12.2.5 – Manter empregados uniformizados com crachás e camisas com logotipo da empresa para utilização nos locais de serviços.

12.2.6 – Fornecer, antes do início das atividades estabelecidas no presente contrato, relação nominal de todos os empregados que terão acesso aos locais de serviço, responsabilizando-se pela inclusão ou exclusão de empregados a qualquer tempo.

12.2.7 – Constituir os profissionais designados para a realização do objeto do contrato sempre que a PRODEPA observar deficiências na qualidade dos serviços ou capacitação técnica;

12.2.8 – Comunicar qualquer interferência que possa existir durante o processo de atendimento;

12.2.9 – Manter todas as condições de Habilitação durante a vigência contratual, conforme Art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A **CONTRATANTE** nomeará um Gestor de Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.2 - A fiscalização deste contrato será exercida por empregado (fiscal) da **CONTRATANTE**, designado através de Portaria da Presidência, para acompanhar e controlar a execução do presente contrato, de acordo com o estabelecido no Art. 67 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

13.3 - A presença da fiscalização não atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**;

13.4 – Quaisquer exigências do Gestor do Contrato inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para a PRODEPA.

13.5 – As exigências e a atuação da fiscalização do contrato pela PRODEPA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES

14.1 – Pela inexecução parcial ou total do objeto do presente contrato, em que o **CONTRATANTE** não der causa, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) **Advertência**, aplicada por meio de notificação por escrito, estabelecendo-se prazo razoável para o adimplemento da obrigação pendente;
- b) **Multa de 3% (três por cento)** sobre o valor do contrato/empenho decorrente da Ata de Registro de Preços, pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar a referida ata, nos termos do item 12.3 do edital;
- c) **Multa de 3% (três por cento)** sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela recusa injustificada do licitante vencedor em celebrar o contrato ou receber a nota de empenho, nos termos do item 20.3 do edital;
- d) **Multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor da mensalidade do serviço contratado em caso de rescisão contratual por falta grave da CONTRATADA;
- e) **Multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor global do contrato ou da nota de empenho em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas contratuais;
- f) Tabela de Aplicação de Penalidades por descumprimento de Prazo

Item	Critérios	Penalidade/dia**
Penalidade para o não cumprimento do Prazo	A cada dia de atraso, após decorrido o tempo máximo de reparo, nos 12 (doze) primeiros dias, sobre o valor do contrato*	0,25 %
	A cada dia de atraso contado após os 12 (doze) primeiros dias, sobre o valor mensal do contrato*	1 %

* Caso seja serviço de projeto, será sobre o valor do projeto

** Limitado a 25% do valor do contrato

- g) **Suspensão** do direito de licitar e contratar com a **PRODEPA** por prazo não superior a **5 (cinco) anos**, quando a **CONTRATADA** permanecer no descumprimento das obrigações contratuais, inclusive as obrigações constantes da Garantia e Assistência Técnica.
- h) **Declaração de Inidoneidade** para licitar e contratar com a **PRODEPA** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o § 3º, inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações. A reabilitação será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes da respectiva inexecução do contrato e decorrido o prazo de sanção aplicada.

14.2 - As sanções de que tratam as alíneas a, b, c, d, e, f, g e h do item 14.1 desta cláusula, serão aplicadas pelo **CONTRATANTE**, enquanto que **Declaração de Inidoneidade** deverá ser aplicada por Secretário de Estado, mediante parecer fundamentado;

14.3 - No caso de inadimplemento que resultar em aplicação de multa, o pagamento devido só poderá ser liberado após a apresentação da guia de recolhimento da multa em questão ou mediante o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura ou da nota fiscal;

14.4 - Consoante o disposto no art. 87, § 2º da Lei n.º 8.666/93, as sanções previstas no item 14.1 desta cláusula poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente;

14.5 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, fica assegurada à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a ampla defesa;

14.6 - Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o inadimplemento de qualquer cláusula contratual advir de caso fortuito, motivo de força maior ou fato do príncipe;

14.7 – O fornecedor signatário da Ata que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar

documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, apresentar declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO

15.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses elencadas nos itens subsequentes desta cláusula, devendo a parte interessada notificar a outra por escrito.

15.1.1 – A notificação deverá ser entregue exclusivamente no Protocolo Geral da **CONTRATANTE**.

15.2 – Por iniciativa da **CONTRATANTE**, nas seguintes situações:

15.2.1 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

15.2.2 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

15.3 – Por iniciativa da **CONTRATADA**:

15.3.1 - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrente de serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

15.3.2 - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

15.4- Constituem, ainda, motivos para a rescisão do contrato:

15.4.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

15.4.2 - A lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de prestação dos serviços nos seus prazos estipulados;

15.4.3 - O desatendimento das determinações regulares do preposto da **CONTRATANTE**, designado para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais e/ou a execução dos serviços, assim como as de seus superiores;

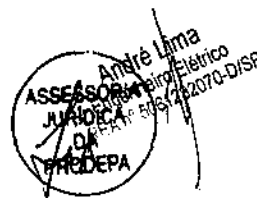
15.4.4 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo 1º do art. 67 da Lei 8.666/93;

15.4.5 - A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

15.4.6 - A dissolução da sociedade;

15.4.7 - A suspensão da prestação dos serviços por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando a contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

15.4.8 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;



15.4.9 - No caso de descumprimento das obrigações contratuais fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito de haver perdas e danos, nos termos da lei de licitações e Código Civil;

15.4.10 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme artigo 77 da Lei 8.666/93, reconhecendo, a **CONTRATADA**, desde já os direitos da **CONTRATANTE** na eventualidade da rescisão, com destaque para as consequências inseridas no art. 80 da Lei nº 8.666/93 e sem prejuízos das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

16.1 - Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o **Pregão Eletrônico nº 34/2015 e seu Anexo I** e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO

17.1 - O presente contrato será publicado de forma reduzida pela PRODEPA no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO


18.1 - As partes contratantes elegem o foro da cidade de Belém - Pará, para solução de qualquer questão oriunda do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas as partes assinam o presente contrato na data abaixo indicada, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito.

Belém - Pará, 06 de Outubro de 2016




THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES
Presidente da PRODEPA



ANDRÉ LIMA DOS SANTOS
Representante Legal da TOTAL TEC
André Lima
Engenheiro Elétrico
CREA nº 5061282070-D/SP

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: _____
CPF: 721.027.402-82

2. _____
Nome: _____
CPF: _____

RESOLVE:
1. DESIGNAR a economista **JULIANA CEZARIO DE ALMEIDA**, Matrícula nº 571479561, para responder pela GEOP, no período de afastamento da cidade rural;
2. FAZER vigiar os efeitos da presente Portaria a partir de 13.10.2016.
DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 Belém, 11 de outubro de 2016
LUCIENE BASTOS FARINHA SILVA
 Diretora Presidente

Protocolo: 118501

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – Tomada de Contas Especial do Convênio de Cooperação Financeira nº 007/2012.
A SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, através do Secretário de Estado, **ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 05 de fevereiro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará e à vista do parecer conclusivo exarado pelo Núcleo de Controle Interno/SECTET, RESOLVE:
Certificar, conforme Relatório Circunscrito do setor do Controle Interno, pela legalidade dos procedimentos da Comissão de Tomada de Contas Especial, e pela irregularidade das contas tomadas; e
DETERMINAR, que sejam adotadas as providências quanto ao registro dos fatos contábeis, dando ciência ao responsável da decisão da fase interna da Tomada de Contas Especial.
 Belém, 11 de outubro de 2016.
ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO
 Secretário de Estado

Protocolo: 118489

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 009/2012.

A SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, através do Secretário de Estado, **ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 05 de fevereiro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará e à vista do parecer conclusivo exarado pelo Núcleo de Controle Interno/SECTET, RESOLVE:
Certificar, conforme Relatório Circunscrito do setor do Controle Interno, pela legalidade dos procedimentos da Comissão de Tomada de Contas Especial, e pela irregularidade das contas tomadas; e
DETERMINAR, que sejam adotadas as providências quanto ao registro dos fatos contábeis, dando ciência ao responsável da decisão da fase interna da Tomada de Contas Especial.
 Belém, 11 de outubro de 2016.
ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO - Secretário de Estado

Protocolo: 118482

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 004/2013.

A SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, através do Secretário de Estado, **ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 05 de fevereiro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará e à vista do parecer conclusivo exarado pelo Núcleo de Controle Interno/SECTET, RESOLVE:
Certificar, conforme Relatório Circunscrito do setor do Controle Interno, pela legalidade dos procedimentos da Comissão de Tomada de Contas Especial, e pela irregularidade das contas tomadas; e
DETERMINAR, que sejam adotadas as providências quanto ao registro dos fatos contábeis, dando ciência ao responsável da decisão da fase interna da Tomada de Contas Especial.
 Belém, 07 de outubro de 2016.
ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO
 Secretário de Estado

Protocolo: 118486

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 008/2013.

A SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, através do Secretário de Estado, **ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO**, no uso das atribuições

que lhe são conferidas pelo Decreto de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 05 de fevereiro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará e à vista do parecer conclusivo exarado pelo Núcleo de Controle Interno/SECTET, RESOLVE:
Certificar, conforme Relatório Circunscrito do setor do Controle Interno, pela legalidade dos procedimentos da Comissão de Tomada de Contas Especial, e pela irregularidade das contas tomadas; e
DETERMINAR, que sejam adotadas as providências quanto ao registro dos fatos contábeis, dando ciência ao responsável da decisão da fase interna da Tomada de Contas Especial.
 Belém, 11 de outubro de 2016.
ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO
 Secretário de Estado

Protocolo: 118487

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 011/2013.

A SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, através do Secretário de Estado, **ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 05 de fevereiro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará e à vista do parecer conclusivo exarado pelo Núcleo de Controle Interno/SECTET, RESOLVE:
Certificar, conforme Relatório Circunscrito do setor do Controle Interno, pela legalidade dos procedimentos da Comissão de Tomada de Contas Especial, e pela irregularidade das contas tomadas; e
DETERMINAR, que sejam adotadas as providências quanto ao registro dos fatos contábeis, dando ciência ao responsável da decisão da fase interna da Tomada de Contas Especial.
 Belém, 11 de outubro de 2016.
ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO
 Secretário de Estado

Protocolo: 118408

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 012/2013.

A SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, através do Secretário de Estado, **ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 05 de fevereiro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará e à vista do parecer conclusivo exarado pelo Núcleo de Controle Interno/SECTET, RESOLVE:
Certificar, conforme Relatório Circunscrito do setor do Controle Interno, pela legalidade dos procedimentos da Comissão de Tomada de Contas Especial, e pela irregularidade das contas tomadas; e
DETERMINAR, que sejam adotadas as providências quanto ao registro dos fatos contábeis, dando ciência ao responsável da decisão da fase interna da Tomada de Contas Especial.
 Belém, 07 de outubro de 2016.
ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO
 Secretário de Estado

Protocolo: 118490

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº 004/2015

A SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, através do Secretário de Estado, **ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 05 de fevereiro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará e à vista do parecer conclusivo exarado pelo Núcleo de Controle Interno/SECTET, RESOLVE:
Aprovar, com ressalva, a Prestação de Contas do Convênio Nº 004/2015, cujo objeto teve por finalidade o apoio de cooperação financeira ao projeto intitulado "Centro Salter", que propõe a realização de cursos de auxiliar administrativo e conhecimentos de informática; e
DETERMINAR, que sejam adotadas as providências devidas para regularização das pendências apontadas.
 Belém, 13 de outubro de 2016.
Alex Bolonha Fiuza de Mello
 Secretário de Estado

Protocolo: 118/01

CONVÊNIO

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 006/2016-FRICAL

CONVÊNIO Nº 005/2016

Objeto do Convênio: O presente Convênio de Cooperação Técnica tem como objetivo realizar ações conjuntas entre a SECTET e o FRIGORÍFICO TROPICAL LTDA-ME para o incremento da Educação e Qualificação Profissional e Tecnológica através de pessoa qualificada em cursos de nível FIC – Formação Inicial e continuada, de qualificação e aperfeiçoamento e

de habilidades profissionalizantes, Técnico pós médio, e Tecnológico de nível superior e de pós-graduação, nas diversas modalidades, com vistas ao fortalecimento da cadeia produtiva indústria frigorífica em todos os atos de processamento no Município de Rondon do Pará, Estado do Pará.
SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os trabalhos a serem desenvolvidos versarão sobre questões de interesse mútuo, referendo e preservando as peculiaridades institucionais das partes.
 Data da Assinatura do Acordo: 11/10/2016
 Vigência: 11/10/2016 a 31/12/2017
 Partes: **FRIGORÍFICO TROPICAL LTDA-ME - FRICAL**
 CNPJ: 08.312.400/001-44
 Endereço: Rodovia BR-272, Km 9º e 10º dentro 1 km - Rondon do Pará/PA
 Nome: Luciana Silva Barros
 CPF: 516.420.532-53
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET
 CNPJ: 08.978.226/001-73
 Endereço: Av. Presidente Vargas nº 1020, Bairro da Campina, Belém-PA. CEP: 66017-000
 Ordenador
 Alex Bolonha Fiuza de Mello
 CPF: 043.913.802-03

Protocolo: 118474

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 276 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2015, e usando de suas atribuições legais, publicado no DOE nº 32.798, de 05 de fevereiro de 2016, e considerando o disposto no Decreto nº 876, de 04 de outubro de 2013;
CONSIDERANDO ainda, os termos do Processo nº 2012/382604
RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR os servidores **WANDER SOARES DE OLIVEIRA**, Id. Funcional nº 5555746/2 e **EDILAINÉ CRISTINA PAMPLONA MENEZES**, Id. Funcional nº 55566180/2, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio nº 019/2012, firmado com a Universidade Federal do Pará - UFPA, que tem por objeto apoiar a implementação do Instituto Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendedores - I-CENRE, na incubação de Empresas de Base Tecnológica da UFPA - PTEBT.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, em 11 de outubro de 2016.
ALEX FIUZA DE MELLO
 Secretário de Estado

Protocolo: 118345

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Nº CONTRATO: 041/2016.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/34/2015.

PARTES: PROMETA E JOSÉ M. BARROSO DE ALMEIDA JUNIOR

BIRELLI - EPP DANTEC

OBJETO: Contratação de Serviço Especializado para Construção

de Rede de Fibra Óptica para o Programa Navegadora, através

de Registro de Preços conforme as especificações constantes no

Anexo do Edital do Pregão Eletrônico 9/34/2015.

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2016 VIGÊNCIA: 06/10/2016 a 05/10/2017

VALOR (R\$): 99.536,12

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1435.8343 - 339039

FONTE DE RECURSOS: 0101 / 0261

ORDENADOR RESPONSÁVEL: THEO CARLOS FLEIX RIBEIRO

PIRES.

END. DO CONTRATADO: Belém, Estado do Pará, sito à Rua

Balmoral, Quadra WE 16, nº 40, Conjunto "apajós", bairro

Tapajós/Itaperai - CEP: 66.833-520

Protocolo: 118644

EXTRATO DE CONTRATO

Nº CONTRATO: 040/2016.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/34/2015.

PARTES: PROLUPA E ANDRÉ LIMA DE SOUZA - EPP - TUAL TEC

- SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA.

OBJETO: Contratação de Serviço Especializado para Construção

de Rede de Férias Dedicada para o Programa Mascapaara, através de Registro de Preços conforme as especificações constantes do Anexo do Edital do Pregão Eletrônico 34/2015.
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2016 - **VIGÊNCIA:** 06/10/2016 a 05/10/2017.
VALOR (R\$): 42.411,78
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1435.8313 - 339039 - FONTE DE RECURSO: 0101 - 0261.
ORDEMADOR RESPONSÁVEL: THEO CARLOS FLEIXA RIBEIRO PIRES.
LTD. DO CONTRATADOR: Manaus, Estado de Amazonas, sito à Rua Santos Dumont, nº 389, Conjunto, Bairro Barro: Nossa Senhora das Graças - CEP: 69.020-548.

Protocolo: 110642

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO: 038/2016. MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2015.

PARTES: PRODEPA E JOSÉ M. BARROSO DE ALMEIDA JUNIOR REBEL - EPP - DANTEC.
OBJETO: Contratação de Serviço Especializado para Construção de Rede de Férias Dedicada para o Programa Mascapaara, através de Registro de Preços conforme as especificações constantes do Anexo do Edital do Pregão Eletrônico 34/2015.
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2016 - **VIGÊNCIA:** 06/10/2016 a 05/10/2017.
VALOR (R\$): 120.300,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1135.8014 - 339039 - FONTE DE RECURSO: 0261.
ORDEMADOR RESPONSÁVEL: THEO CARLOS FLEIXA RIBEIRO PIRES.
LTD. DO CONTRATADOR: Belém, Estado de Pará, sito à Rua Balmoral, Quadra VE 16, nº 40, Conjunto Tapajós, Bairro Tapajós - CEP: 66.253-510.

Protocolo: 110632

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO: 039/2016. MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2015.

PARTES: PRODEPA E ANDRE LIMA DE SOUZA EPP - TUIAL TEC - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA.
OBJETO: Contratação de Serviço Especializado para Construção de Rede de Férias Dedicada para o Programa Mascapaara, através de Registro de Preços conforme as especificações constantes do Anexo do Edital do Pregão Eletrônico 34/2015.
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2016 - **VIGÊNCIA:** 06/10/2016 a 05/10/2017.
VALOR (R\$): 194.840,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1435.8313 - 339039 - FONTE DE RECURSO: 0261.
ORDEMADOR RESPONSÁVEL: THEO CARLOS FLEIXA RIBEIRO PIRES.
LTD. DO CONTRATADOR: Manaus, Estado de Amazonas, sito à Rua Santos Dumont, nº 389, Conjunto, Bairro Barro: Nossa Senhora das Graças - CEP: 69.020-548.

Protocolo: 110633

DIÁRIA

Portaria: 274/2016 / Referências Legais: nº9001/2008 - AGE - Nome: Fábio Augusto Nunes Bastos / Cargo: Analista de Suporte A/Correio (Correio Quênia) - Bairro / Período: 13 a 14/10/2016 - Objetivo: Inscrição de SIM CARD nas centrais de atendimento dos sites TELECOM. Ordenador: Theo Carlos Fleixa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82
PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Protocolo: 110612

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO Nº 117990. referente a Portaria de Diana 2/3/2016 - Sérgio dos Santos Rodrigues publicada no dia 11 de outubro de 2016.
 Ordenador: Theo Carlos Fleixa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82
PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Protocolo: 110612

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO Nº 005-2016
CEDENTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA.
CESSIÓNIÁRIO: NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA-NAC.
OBJETO: Cessão de equipamentos de telecomunicação

informática, conforme ANEXO. O bem móvel e de propriedade do CEDENTE, neste ato transfere a posse ao CESSIÓNIÁRIO para que este possa usar e gozar do bem como de lhe pertencesse, respeitada a destinação prevista neste termo.
DATA DA ASSINATURA: 11/10/2016.
DATA DA ASSINATURA: Indeterminado.
VIGÊNCIA: Indeterminado.
ORDEMADOR: THEO CARLOS FLEIXA RIBEIRO PIRES.

Protocolo: 110631

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 220/2016-SEEL-DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

A SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Nº 4.215, de 28 de abril de 1999, alterada pela Lei Nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE Nº 30.714 de 30/06/2006 e considerando o disposto no Decreto Estadual Nº 1.180, de 12/10/2006, que aprova o Regulamento que trata da concessão, aplicação e prestação de contas de recursos públicos sob a forma de Suprimento de Fundos e ainda o Processo Nº 2016/367706,

RESOLVE:
CONCEDER Suprimento de Fundos a servidora **ROSIANE SOUZA GOMES**, matrícula 589243271, ocupante do cargo de **Assistente Administrativo**, lotada na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), elemento de despesa 339039, funcional programática 0910127812140383306, a fim de atender despesas eventuais desta SEEL, devendo tais recursos serem aplicados no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da emissão da OB (Ordem Bancária), e 15 (quinze) dias após a aplicação dos recursos, para prestação de contas.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 05 DE OUTUBRO DE 2016
RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
 Secretária de Estado de Esporte e Lazer.

Protocolo: 110645

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA 361/2016/GERH/SETUR FISCAL DE CONTRATO

CONSIDERANDO os termos do Processo 2014/143202, O Dec 870 de 04/10/2013 e a Portaria 658/SEAD de 01/09/2014, que tratam da fiscalização dos contratos na administração pública, **RESOLVE DESIGNAR** a servidora **ANA PAULA FARIAS MACHADO MATOS**, mat 57198177, Ger. de Promo. e Contratação de Eventos, para substituir o fiscal do Contrato Nº 019/2014, Carlos Alberto Marques Figueira, mat 2013568, Téc. de Planej. e Gestão em Turismo, o como suplente do referido contrato a servidora **CLIVIA TAMARA DOS REIS RODRIGUES**, matrícula 54195925, Téc. de Planej. e Gestão em Turismo, cujo este celebrado entre o Estado do Pará, através da Secretária de Estado de Turismo - SETUR e a Empresa **BOEING VIAGENS E TURISMO LTDA, ANDREY CASSELU DE SOUZA FIMENTEL** Diretor de Administração e Finanças, em exercício.

Protocolo: 110443

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 359/2016/GERH/SETUR FISCAL DE CONTRATO

CONSIDERANDO os termos do Proc: 2014/143235 O Dec 870 de 04/10/2013 e a Port. Conjunta 658/SEAD de 01/09/2014, que tratam da fiscalização dos contratos na administração pública, **RESOLVE DESIGNAR** a servidora **ANA CLAUDIA FARIAS**, mat:57198151, Téc. de Planej. e Gestão em Turismo, para substituir o fiscal do Contrato Nº 015/2014, Carlos Alberto Marques Figueira, mat 2013568/1, Téc. de Planej. e Gestão em Turismo, cujo este celebrado entre o Estado do Pará, através da Secretária de Estado de Turismo - SETUR e a Empresa **DOMINA 1 EVENTOS EIRELI-ME-ME, Andrey Cassio de Souza Pimentel**, Ordenador de despesas, em exercício.

Protocolo: 110394

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP NÚMERO: 017/2016

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Material Permanente (Televisor de LED, FULL HD com conversor digital integrado e tamanho de tela de 32 polegadas, Bebeador elétrico e Frigorífico de 120 litros), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Pará.
Entrega do Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br ou ainda na Defensoria Pública do Pará sito a Travessa Campos Sales nº. 280, 2º andar - CPL, Caniunã, Belém - Pará, isento de qualquer taxa, mediante a gravação em mídia digital, fornecida pela empresa, site e/ou e-mail ou por meio da solicitação via e-mail: licitacao@pdhema.br, com cc: dcc.opa.cyaho.com.br.
Edital a partir de: 14/10/2016
Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br
Data da Abertura: 26/10/2016
Hora da Abertura: 11h00min (Horário de Brasília).
Responsável pelo certame: Rogério da Silva Pereira
Organismo: Programa / Projeto / Atividade: 03.091.1445.6434
Fonte de Recursos: 010
Elemento: 449052
Plano Interno (PI): 21200084346
O donatária: Jennifer de Barros Rodrigues - Defensoria Pública Geral

Protocolo: 110542

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Extrato de Contrato nº 051/2016/TJPA // Partes: TJPA e ASSOCIAÇÃO IRMÃ DULCE DOS POBRES DE SANTAREM, inscrita no CNPJ/ME nº. 17.102.197/0001-94 // **Objeto do contrato:** doação de bens inservíveis // **Processo:** PA-PRO 2016/044057 // **Modalidade de Licitação:** Dispensa art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 // **Valor (depreciada) dos bens:** R\$ 485,06 // **Data da assinatura do contrato:** 04/10/2016 // **Responsável pela assinatura:** Anibal Correa Pinheiro - Secretário de Administração.

Protocolo: 116143

AVISO DE LICITAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/TJPA/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos eletrônicos, para auxiliar nas atividades sigilosas de segurança que competem à Coordenadoria Militar do TJPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.
SESSÃO PÚBLICA: 27/10/2016, às 10h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, UASG do TJPA: 925942.
Edital disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.tjpa.jus.br.
Informações pelo telefone: (01)3205-3205, fax (01)3205-5207 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 13/10/2016. Serviço de Licitações do TJPA.

Protocolo: 110496